

A PROJEÇÃO ANFÍBIA E O COMBATE ÀS NOVAS AMEAÇAS NO ATLÂNTICO SUL*

[...] Outras situações de desfecho incerto, como a ocorrência do narcotráfico, associado ao terrorismo e à pirataria marítima, ou, ainda, as crescentes tensões em países da África Ocidental, como Guiné Bissau e Mali, constituem motivo de preocupação. Além dos problemas intrínsecos [...], existe o risco de trazerem para região de nosso interesse estratégico – o Atlântico Sul – organizações militares criadas com outros propósitos ou visando a outros inimigos ou adversários. Em todos esses casos, o Brasil busca ou buscará desempenhar o papel que lhe corresponde por meio dos instrumentos diplomáticos.

(Ministro da Defesa Celso Amorim, por ocasião da abertura do Seminário Estratégias de Defesa Nacional, 2012)

ALEXANDRE ARTHUR CAVALCANTI SIMIONI
Capitão de Corveta (FN)

SUMÁRIO

A importância estratégica do Atlântico Sul para o Brasil
A política externa brasileira para a África Ocidental
Principais focos de instabilidade na África Ocidental: a associação de organizações terroristas com o crime organizado
As principais organizações terroristas no continente africano
A projeção anfíbia, o combate à pirataria e as características do litoral africano
Considerações finais

O presente artigo pretende apresentar, sumariamente, algumas considerações sobre a possibilidade de emprego da Marinha do Brasil (MB) na defesa dos interesses nacionais no Atlântico Sul, particularmente na África Ocidental, em resposta às novas ameaças presentes na região, como o terrorismo e a pirataria, diante do novo conceito de Projeção Anfíbia, publicado em janeiro de 2014 na Doutrina Básica da Marinha (DBM).

Para tanto, inicialmente, será discutida a importância estratégica do Atlântico Sul para os interesses nacionais, assim como os avanços da política externa brasileira para a África na última década, o que vem proporcionando um crescimento significativo da presença de empresas, instalações e embaixadas do Brasil naquele continente.

Posteriormente, serão indicados os principais focos de instabilidade na África Ocidental, assim como as principais

* Artigo publicado originalmente na revista *Âncoras e Fuzis*, nº 45, 2014.

organizações terroristas presentes naquele continente, além da importância no monitoramento diuturno de suas atividades, haja vista que algumas dessas organizações, motivadas por seus objetivos políticos, ideológicos e financeiros, poderiam, em tese, estar planejando e desenvolvendo suas táticas, seus meios e suas capacidades para executar ataques por via terrestre ou marítima às instalações brasileiras.

Por fim, serão apresentadas algumas considerações conceituais sobre o emprego da MB no combate à pirataria e em operações de não combatentes e de resgate, bem como algumas características

do litoral da África Ocidental, as quais poderiam impactar diretamente um desembarque anfíbio naquela região.

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO ATLÂNTICO SUL PARA O BRASIL

*O subcontinente da América do Sul é o ambiente regional no qual o Brasil se insere. Buscando aprofundar seus laços de cooperação, o País visualiza um **entorno estratégico** que extrapola a massa do subcontinente e incluiu a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países lindeiros da África.*

(Política de Defesa Nacional, 2005, grifo nosso)

O Atlântico Sul é um dos eixos principais da política externa brasileira e a área primordial no exercício da manutenção da soberania nacional, apresentando-se como prioridade estratégica e fundamental para a inserção internacional do Brasil.

O Atlântico Sul é um dos eixos principais da política externa brasileira e a área primordial no exercício da manutenção da soberania

O reconhecimento desta área como parte integrante do entorno estratégico nacional remonta à Política de Defesa Nacional (PDN) de 2005, sendo reiterada a sua importância na Estratégia Nacional de Defesa (END) e aprofundada recentemente no Livro Branco de Defesa Nacional de 2012, por meio do qual é ressaltada a questão da proteção das linhas de comunicação e rotas de comércio com a África.

Além disso, observa-se que o governo brasileiro propõe um novo conceito na história do País: o **entorno estratégico**. Em outras palavras, o entorno estratégico vem a ser a região para onde o Brasil quer irradiar sua

influência e liderança diplomática, econômica e militar e inclui, como descrito na PDN: a América do Sul, os países lindeiros da África, a Antártica e a Bacia do Atlântico Sul (NEVES, 2013).



Figura 1: Entorno Estratégico Brasileiro

Fonte: Contra-Almirante Flavio Augusto Viana Rocha

Além de uma breve análise sobre a importância estratégica do Atlântico Sul no que concerne às questões marítimas,

observa-se que o Brasil apresenta um litoral de 7.491 km de extensão e uma área de águas jurisdicionais que — se somados o Mar Territorial, a Zona Contígua e Zona Econômica Exclusiva — ultrapassa os 3,4 milhões de quilômetros quadrados. Há de se observar ainda que 95% do comércio exterior é feito por vias marítimas e que a região concentra mais de 80% das reservas energéticas do Brasil, incluindo as reservas dos campos petrolíferos do Pré-Sal. Já na costa africana, o litoral se estende de Guiné-Bissau ao Cabo, com mais de 7.800 km, abrangendo 16 países. Destacam-se nesta região as expressivas reservas de petróleo na região do Golfo da Guiné, Nigéria, Angola, Gabão e São Tomé e Príncipe.

Neste sentido, um dos principais elementos geopolíticos e estratégicos do Atlântico Sul é o fato de que nas suas bordas continentais estão localizadas as jazidas mais promissoras de petróleo e gás do mundo¹. Nota-se que atualmente mais de um terço das importações de petróleo dos Estados Unidos da América (EUA) e da China provêm de países da África, com destaque para Nigéria e Angola (COSTA, 2012).

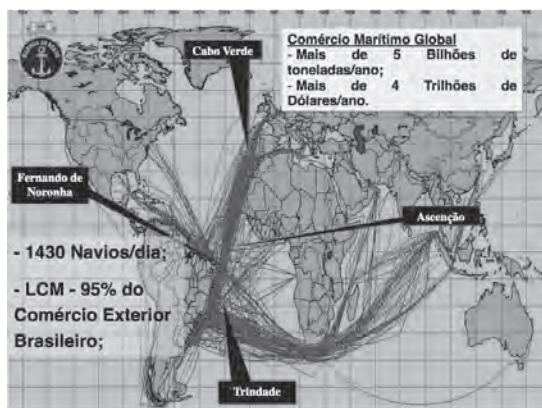


Figura 2: Comércio exterior marítimo brasileiro
Fonte: Contra-Almirante Flavio Augusto Viana Rocha

Desta forma, ressalta-se a importância da manutenção e salvaguarda dos interesses nacionais nas águas jurisdicionais do País, denominada “Amazônia Azul”, e, em relação ao Atlântico Sul, na formulação da estratégia brasileira, tendo em vista que esta região abrange uma ampla gama de fatores que integram a dimensão do exercício da soberania nas fronteiras marítimas aos interesses estratégicos brasileiros. Além disso, por ser um meio de projeção de influência e poder na África e possível Área de Operações, em caso de crise.

Neste contexto, como ressalta Luis (2012), a MB interpreta como interesse nacional a manutenção do livre uso das comunicações marítimas visando ao desenvolvimento do comércio exterior brasileiro e da exploração dos recursos marinhos. Deste modo, o objetivo da estratégia naval de preservar a paz e a segurança internacionais, principalmente nas margens do Atlântico Sul como fator essencial de um cenário propício ao desenvolvimento, visa à consecução do objetivo da política externa de manter a estabilidade regional como meio de projeção externa do Brasil.



Figura 3: Países produtores de petróleo na África Ocidental
Fonte: Contra-Almirante Flavio Augusto Viana Rocha

¹ Hoje a região corresponde a cerca de 20% da produção mundial de petróleo, e sua taxa média anual de crescimento está próxima a 10% (COSTA, 2012).

Algumas das questões que podem ameaçar os interesses nacionais no Atlântico Sul são decorrentes das novas ameaças globais, como narcotráfico, crime organizado, ameaças ecológicas, ameaças aos direitos humanos, ameaças financeiras, pandemias globais, pirataria e terrorismo internacional. Neste sentido, de forma a aumentar a segurança no entorno regional, o Brasil prioriza o estreitamento da cooperação entre os países do entorno estratégico brasileiro, incluindo os países limítrofes da África, conforme preconizado na PDN: “[...] intensificação da cooperação e do comércio com países africanos, facilitada pelos laços étnicos e culturais; e a consolidação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul”.

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A ÁFRICA OCIDENTAL

Como relembra Penha (2012), a meta da política africana, definida formalmente durante o governo do General Geisel (1974-79), era assegurar maior complementaridade política e econômica, que reforçasse o perfil externo do Brasil e da própria África nas questões internacionais. Neste sentido, a política africana teve um duplo propósito: ampliar a presença brasileira no continente africano e projetar o Brasil como nação influente entre os países em desenvolvimento.

Assim, por meio das relações Brasil-África, criava-se no Atlântico Sul uma concepção de cooperação regional que permitiu garantir espaço de manobra autônoma para o Brasil e os países africanos junto ao sistema internacional. Neste contexto, o Brasil apresentou a proposta da criação da Zona de Paz

e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), a qual foi consubstanciada na Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas². O seu objetivo principal é promover a cooperação regional e a manutenção da paz e da segurança na área do Atlântico Sul que envolve os seus membros.

Contudo, foi a partir de 2003 que as relações com a África foram redimensionadas na agenda brasileira, tornando a região do Atlântico Sul uma das áreas prioritárias do interesse político, diplomático, econômico, tecnológico e militar. Iniciativas como a Zopacas, a Cúpula América do Sul-África, o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (Ibas) e o crescente diálogo sobre segurança e defesa no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) vieram consolidar esta nova postura da política externa brasileira.

No que concerne à segurança regional, o posicionamento brasileiro foi o de privilegiar as abordagens multilaterais, em detrimento das unilaterais, favorecendo a cooperação como meio legítimo para a proteção dos interesses em comum (PENHA, 2012).

Em relação à cooperação em defesa e segurança marítimas, o Brasil deu início a uma cooperação mais intensa no campo marítimo militar com os países africanos a partir de 1994, com o Acordo de Cooperação da MB com o Ministério da Defesa da Namíbia para formar os quadros iniciais da Marinha daquele País. Além da Namíbia, foram assinados acordos com mais oito países africanos (Cabo Verde, Angola, Moçambique, África do Sul, Guiné Equatorial, Guiné Bissau, Nigéria e Senegal). Além do papel das Forças Armadas, empresas públicas e privadas da indústria de defesa,

2 Atualmente, 24 países fazem parte da Zona e, dentre eles, apenas três são sul-americanos, sendo os demais africanos. São membros da Zopacas os seguintes países: Argentina, Brasil, Uruguai, África do Sul, Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo.

tais como a Embraer, a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) e a Taurus, participam da produção e exportação de armamentos e equipamentos para a África.

No campo das relações exteriores, observa-se a preocupação do governo brasileiro com as representações diplomáticas na África, tendo havido, a partir de 2003, a abertura de aproximadamente 20 novas embaixadas e consulados, passando o Brasil a ter representação oficial na maioria dos países africanos.

No campo econômico, a reaproximação com o continente africano e, sobretudo, com a África Ocidental tem se mostrado extremamente importante para o Brasil. De acordo com Vieitas e Aboim (2012), as relações comerciais do Brasil com a África, embora em 2010 ainda representassem apenas 5,3% do comércio global brasileiro, têm evoluído significativamente, passando de

US\$ 4 bilhões em 2000 a US\$ 20 bilhões em 2010. Apesar de haver cerca de 25 empresas presentes em quase 30 países da África, as autoras acrescentam que, em face das grandes dificuldades institucionais e logísticas de concretização de negócios nesses países, o investimento direto brasileiro na África ainda é muito concentrado em grandes empresas, como Petrobras, Vale do Rio Doce, Camargo Correia, Odebrecht e Marcopolo, entre outras.

Observa-se, portanto, que todas essas questões têm proporcionado um aumento significativo da presença de nacionais brasileiros naquele continente, sobretudo na África Ocidental. No entanto, a instabilidade política, a criminalidade organizada, o tráfico de drogas e armas, a pirataria e o terrorismo representam uma ameaça à segurança e estabilidade na região e, em caso de uma crise, poderá ser necessário que o Brasil realize uma operação militar com o propósito de evacuar os cidadãos brasileiros que estejam em região de risco.

A título de exemplificação da preocupação da ameaça terrorista a empresas privadas localizadas na África, o grupo AON produz um Mapa de Terrorismo anual, com o propósito de assessorar as empresas na análise de risco nas seguintes áreas: terrorismo, sabotagem, greve, motim, insurreição, rebelião, revolução, golpe de Estado e guerra civil, entre outras. De acordo com a análise realizada pela AON para 2014, a África continua sendo um continente de alto risco, seja pela questão da violência política, seja pelo risco de terrorismo, com 22 países com classificação de risco grave, representando 48% do continente (de todos os países designados como risco grave em todo o mundo, 58% são países africanos).

O relatório apresenta ainda os dados estatísticos dos ataques terroristas a empresas por setor, sendo que os setores de varejo e transporte foram os mais afetados em 2013 (33% dos ataques terroristas foram no setor

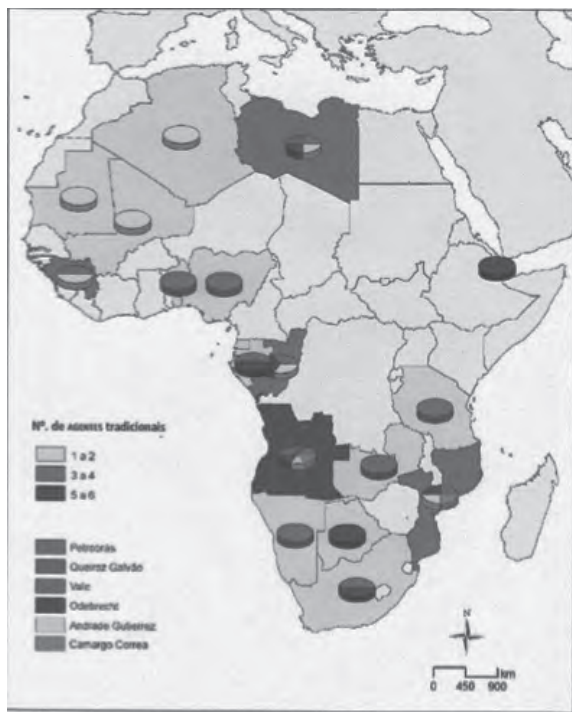


Figura 4: Empresas brasileiras na África-2010

Fonte: CARRILO, Susana et alli *apud* NEVES (2013)



Figura 5: Mapa de terrorismo para a África
Fonte: AON (2014)



Figura 6: Níveis de risco por cores
Fonte: AON (2014)

de varejo e 18% no setor de transportes). O ataque perpetrado pela Al-Shabaab em 2013 no Westgate Mall, em Nairobi (Quênia), é considerado como um ataque ao setor de varejo, por exemplo.

PRINCIPAIS FOCOS DE INSTABILIDADE NA ÁFRICA OCIDENTAL: A ASSOCIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS COM O CRIME ORGANIZADO

Na África Ocidental, há uma preocupação significativa sobre a associação de organizações terroristas à criminalidade organizada, permitindo-lhes trabalhar em conjunto numa relação básica cliente-fornecedor, criada para atingir seus objetivos.

De acordo com o relatório sobre o Financiamento do Terrorismo na África Ocidental de 2013 produzido pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (Gafi), entre os principais métodos e técnicas utilizados pelos terroristas para financiar ou apoiar suas atividades, destacam-se, segundo o interesse

deste artigo, o sequestro de estrangeiros e o tráfico de drogas. Além disso, o relatório do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) de 2013 aponta que crimes como a pirataria, o *bunkering* (abastecimento ilegal de petróleo), o tráfico de armas, o tráfico de seres humanos, o contrabando de imigrantes, o despejo de resíduos sólidos, os medicamentos fraudulentos, o contrabando de cigarros e a pilhagem de recursos também representam uma ameaça à estabilidade e ao desenvolvimento na região.

Essa situação ainda é agravada pela migração para o sul de terroristas e de extremistas, principalmente de membros da Al Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI) pelo Sahel para o Mali, Mauritânia e Níger. De acordo com o relatório do Gafi (2013), há indícios de que a AQMI tem bases operacionais em alguns países da África Ocidental e estabeleceu alianças táticas com grupos terroristas como o Boko Haram, na Nigéria; o Movimento para a Unidade e Jihad na África Ocidental (Mujao); o Movimento Nacional para a Libertação de Azawad (MNL) e o Ansar al-Dine, no Mali

e no Níger. Além disso, indícios apontam que o Boko Haram estabeleceu ligações com o grupo militante somali Al Shabaab, elevando a preocupação sobre a capacidade do grupo realizar ataques em toda África.

Diante desse cenário, nota-se que a África Ocidental é vulnerável ao terrorismo e ao crime organizado por várias razões. A região sofre pela instabilidade política, violência étnica, corrupção elevada, pobreza generalizada e pelas altas taxas de desemprego. Contribui para a situação o fato de que a maioria dos países nesta área não tem capacidade de controlar eficazmente as fronteiras, constituindo-se, portanto, uma vulnerabilidade que pode ser explorada por grupos terroristas para estabelecer bases de treinamento e para o transporte e a distribuição de armas na região, além de facilitar suas atividades de contrabando e tráfico, fundamentais no financiamento de suas atividades (GAFI, 2013).

No que concerne ao sequestro de estrangeiros, o relatório indica que os pagamentos de resgate são provavelmente a fonte mais importante de financiamento para os grupos terroristas na região sahelo-sahariana. Desde 2003, somente a AQMI sequestrou dezenas de estrangeiros e teria recebido resgates na maioria dos casos, rendendo cerca de 40-65 milhões de dólares a grupos terroristas na

região (o resgate de um refém ocidental pode atingir 6,5 milhões de dólares). Desta forma, o relatório aponta que a AQMI e os seus grupos afiliados parecem estar cada vez mais envolvidos em atividades criminosas como sequestro de internacionais e contrabando.

Em relação ao tráfico de drogas, particularmente a cocaína, os grupos terroristas são conhecidos por estarem fortemente envolvidos neste tipo de atividade criminosa, constata-se que alguns cartéis de droga da América Latina, ao enviarem a droga para a Europa, utilizam a África Ocidental como rota intermediária.

Os três principais centros, na África Ocidental, para a recepção e redistribuição dos envios de cocaína para a Europa são: um ao norte, com difusão a partir da Guiné-Bissau, Guiné, Gâmbia e Senegal; um ao sul, com base na Nigéria, incluindo Benim, Togo e Gana; e um a leste, abrangendo Mali e partes da Mauritânia. Uma vez na África Ocidental, as drogas procedem para a Europa usando várias rotas e por diversos meios, como em voos comerciais, contêineres, barcos de pesca e embarcações de recreio; ou através do Saara para a África do Norte, de onde são levadas para a Europa em aviões ultraleves ou transportadas pelo Mediterrâneo em lanchas rápidas.



Figura 7: Rota do tráfico de cocaína na África Ocidental
Fonte: UNODC (2013)

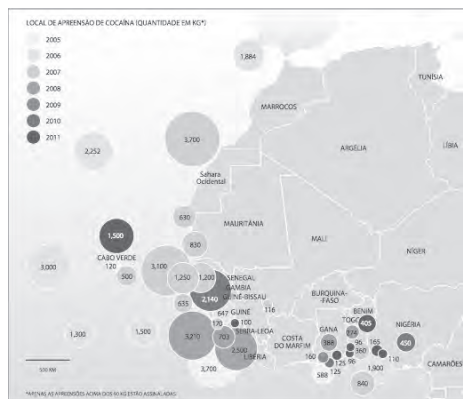


Figura 8: Locais e quantidade de apreensão de cocaína na África Ocidental
Fonte: UNODC (2013)

No que tange à pirataria na África Ocidental, particularmente no Golfo da Guiné, o relatório da UNODC indica que grande parte dos ataques recentes de pirataria é direcionada a navios que transportam produtos petrolíferos.

No passado, a maioria da pirataria na África Ocidental estava confinada às águas nigerianas, e grande parte desta atividade estava relacionada ao conflito em torno do petróleo no delta do Níger. Mas em 2011 foram registrados 22 ata-

ques ao largo da costa do Benim, e em 2012 o Togo tornou-se o novo centro de ataques a navios-tanque com produtos petrolíferos, tendo sido realizados 18 ataques até meados do ano. Desta forma, o relatório da UNODC conclui que, em 2011 e 2012, todos os atos de pirataria que envolveram sequestro de navios ocorreram somente na Nigéria, Benim e Togo, representando 63% dos ataques recentes. Todos os ataques fora destes três países foram registrados como roubos simples.

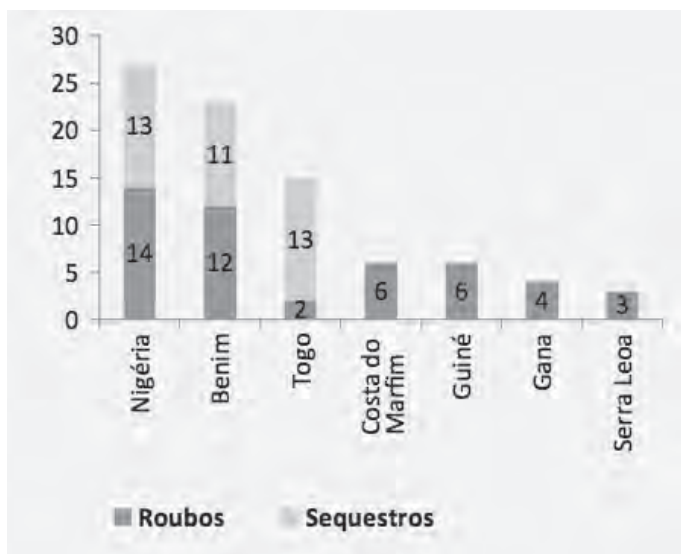


Figura 9: Incidentes de pirataria por tipo: 2011/2012
Fonte: UNODC (2013)



Figura 10: Incidentes de pirataria no Golfo da Guiné em 2012
Fonte: UNODC (2013)

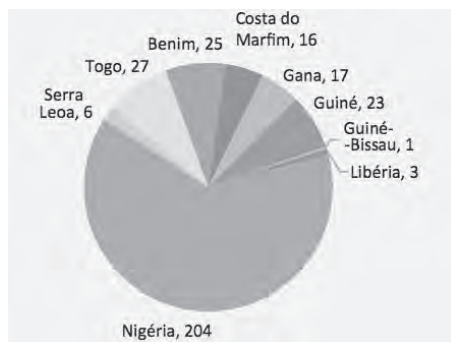


Figura 11: Incidentes de pirataria na África Ocidental de 2006-2012
Fonte: UNODC (2013)

AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES TERRORISTAS NO CONTINENTE AFRICANO

De acordo com *Country Reports on Terrorism 2013*, publicado em abril de

2014 pelo governo norte-americano, entre as principais organizações terroristas em atividade na África de interesse para o estudo em tela destacam-se a Ansar al-Dine, Al-Shabaab, a Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM) e o Boko Haram.

ANSAR al-DINE Informações gerais	A Ansar al-Dine (AAD) foi designada pelo governo norte-americano como uma organização terrorista estrangeira, em 22 de março de 2013. Operando no norte do Mali, a AAD ficou internacionalmente conhecida por destruir sítios do Patrimônio Mundial da Unesco e por impor a aplicação severa da lei islâmica (<i>Sharia</i>) sobre a população civil nos territórios controlados pela organização. O enfraquecimento da AAD iniciou-se a partir de janeiro de 2013, quando as tropas francesas e aliados conduziram operações no norte do Mali para combater a organização e outros grupos extremistas na região.
Principais ataques	Sucessivos ataques e controle das cidades de Agulhok, Tessalit, Kidal, Gao e Timbuktu, entre janeiro e abril de 2012. Para realizar esses ataques, a AAD recebeu apoio da AQMI durante suas atividades contra o governo do Mali.
Efetivo	Redução significativa dos seus membros desde a intervenção francesa no Mali. Número de membros do grupo era desconhecido no final de 2013.
Localização / Área de Atuação	Norte do Mali e sudoeste da Lfbia.
Financiamento	AAD recebe o apoio da AQMI desde a sua criação na consecução de seus ataques.

AL-SHABAAB Informações gerais	A Al-Shabaab foi designada pelo governo norte-americano como uma organização terrorista estrangeira, em 18 de março de 2008. Operando na Somália, a Al-Shabaab (“a juventude”, em árabe) emprega a guerrilha e táticas terroristas para buscar o controle territorial de seu país. A organização ficou internacionalmente conhecida pelos inúmeros ataques perpetrados contra o governo local e pelos ataques durante a Copa do Mundo de 2010 na Uganda e, em 2013, pelo ataque no Westgate Mall, em Nairobi (Quênia). Em fevereiro de 2012, a Al-Qaeda (AQ) anunciou que o líder da Al-Shabaab, Ahmed Abdi aw-Mohamed, prometeu obediência ao líder da Al-Qaeda, Ayman al-Zawahiri. Al-Shabaab também possui ligações com a Al-Qaeda na Península Arábica (AQPA) e com a Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI).
Principais ataques	Al-Shabaab tem usado a violência para intimidar o governo federal da Somália. O grupo assumiu a responsabilidade por vários ataques em toda a Somália, inclusive contra as tropas estrangeiras pertencentes à African Union Mission in Somalia (Amisom). A organização tem sido responsável pelo assassinato de inúmeras figuras da sociedade civil, funcionários do governo e jornalistas, além de ter realizado violentos ataques e assassinatos a trabalhadores humanitários internacionais e membros de ONGs. Em seu primeiro ataque fora da Somália, a <i>Al-Shabaab</i> foi responsável pelos atentados suicidas em Kampala, Uganda, durante a Copa do Mundo, em 11 de julho de 2010, que mataram cerca de 75 pessoas. Em 2013, a Al-Shabaab novamente expandiu suas atividades fora da Somália e encenou um ataque significativo em setembro contra o Westgate Mall, em Nairobi, no Quênia. O cerco resultou na morte de pelo menos 65 civis, incluindo estrangeiros de 13 países. Ainda em 2013, a organização realizou um ataque suicida em abril contra o complexo do Supremo Tribunal de Mogadíscio, que matou cerca de 30 pessoas, e um ataque em junho contra o complexo da Organização das Nações Unidas (ONU) em Mogadíscio, que matou 22 pessoas, incluindo três funcionários internacionais.
Efetivo	Estima-se que a Al-Shabaab possui milhares de membros, incluindo um pequeno grupo de combatentes estrangeiros, além de alianças com milícias em algumas áreas.
Localização / Área de Atuação	Desde setembro de 2012, a Al-Shabaab perdeu o controle de Kismayo, um porto que constituía um dos principais meios de financiamento de suas atividades, por meio de cobrança de impostos. Apesar destas perdas, em 2013, a Al-Shabaab continuou a controlar grande parte da área rural da região de Juba, bem como as regiões de Bay, Shabelle e Bakol, além do norte da Somália, ao longo das Montanhas de Golis.
Financiamento	Em 2012, a Al-Shabaab viu sua renda diminuir, em face da perda do controle das cidades portuárias de Kismayo e Merka. Além disso, perdeu a capacidade de cobrar livremente impostos em certas áreas urbanas, principalmente no sul e centro da Somália. Contudo, a Al-Shabaab continua a buscar financiamento para seus ataques na realização de atividades criminosas, como contrabando e tributação das populações locais, além de doações estrangeiras.

<p><i>Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM)</i></p> <p>Informações gerais</p>	<p>A Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM) foi designada pelo governo norte-americano como uma organização terrorista estrangeira, em 27 de março de 2002. A AQIM é um grupo fundamentalista religioso que propaga o jihadismo salafista e é responsável por diversos atentados terroristas no Magreb e no Sahel (o Sahel é a região árida do semideserto no extremo sul do deserto do Saara e o Magreb é a região Noroeste Africano, que incluiu os antigos impérios islâmicos). Sua ideologia visa livrar o norte da África da influência ocidental e dos governos de estilo ocidental. Sua retórica apela para a criação de um governo islâmico e para as rígidas leis da <i>Sharia</i>.</p>
<p>Principais ataques</p>	<p>Depois de 2007, quando a AQMI bombardeou o edifício-sede da ONU e um prédio do governo argelino, matando 60 pessoas em Argel, a liderança da AQMI foi em grande parte contida na região montanhosa do nordeste da Argélia. Em 2011 e 2012, no entanto, a AQMI aproveitou a deterioração da segurança em toda a Tunísia, Líbia e Mali para planejar e conduzir suas operações. Em 2011, a AQMI reivindicou a autoria de vários ataques suicidas contra alvos militares e policiais argelinos, que mataram pelo menos 20 pessoas e feriram cerca de 50. Em 2012, os militantes que possuíam vínculos com a AQMI estavam envolvidos nos ataques de 11 de setembro às instalações dos EUA em Benghazi, que mataram o embaixador dos EUA na Líbia. Em 2013, a AQMI atacou as forças regionais de segurança, alvos governamentais locais e ocidentais no Sahel.</p> <p>Além de realizar ataques, a AQMI também continua a realizar sequestros para o financiamento de suas atividades (os alvos são geralmente cidadãos ocidentais de governos ou de empresas). Em novembro, a AQMI reivindicou a responsabilidade pelo sequestro e assassinato de dois jornalistas franceses em Kidal, no Mali.</p>
<p>Efetivo</p>	<p>A AQMI tem menos de mil combatentes que operam na Argélia e um número menor no Sahel. Desde a intervenção francesa no norte do Mali, a organização foi obrigada a procurar refúgio no sudoeste da Líbia.</p>
<p>Localização / Área de Atuação</p>	<p>Nordeste da Argélia, sudoeste da Líbia, norte do Mali e do Níger.</p>
<p>Financiamento</p>	<p>Os membros da AQMI valem-se do sequestro e contrabando de armas e drogas para financiar suas operações. Apoiantes da AQMI no exterior — muitos residentes na Europa Ocidental — também podem estar envolvidos no apoio financeiro e logístico da organização.</p>

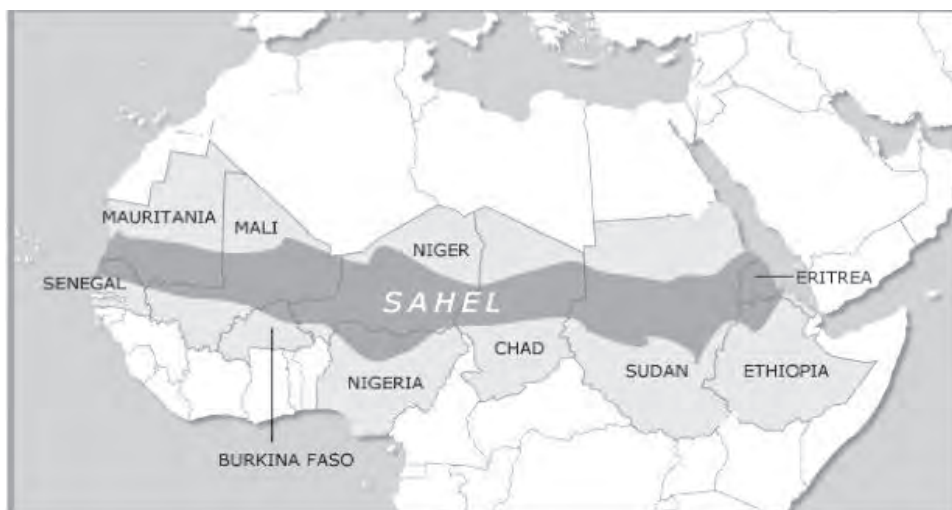


Figura 12: Região do Sahel
Fonte: Galito (2013)

<p>BOKO HARAM</p> <p>Informações gerais</p>	<p>O <i>Boko Haram</i> foi designado pelo governo norte-americano como uma organização terrorista estrangeira, em 14 de novembro de 2013. De acordo com o Relatório do Human Rights Watch, o <i>Boko Haram</i> seria responsável por pelo menos 2.053 mortes, realizadas em 95 ataques somente no primeiro semestre de 2014.</p> <p>Operando a partir da Nigéria, o <i>Boko Haram</i> (que significa “a educação ocidental é um pecado”) ficou internacionalmente conhecido por ter sequestrado aproximadamente 300 meninas de uma escola na cidade de Chibok, Estado de Borno, no norte do país. O grupo utiliza uma série de táticas, incluindo atentados suicidas, explosões cronometradas e assassinatos em massa em áreas altamente povoadas. O grupo defende uma ideologia extremista sunita e, devido a suas alianças com a AQIM, tem recebido fundos e aumenta sua área de atuação para além das fronteiras da Nigéria.</p>
<p>Principais ataques</p>	<p>Entre os seus principais ataques, a organização foi responsável por atacar com uma bomba o prédio da ONU em Abuja, em 26 de agosto de 2011, que matou pelo menos 21 pessoas e feriu dezenas. O grupo também é responsável pelos ataques em janeiro de 2012 a Kano, por uma onda de ataques a bomba que mataram mais de 180 pessoas em um único dia. Em 2013, realizou ataques a presídios em Gwoza e Adamawa, libertando cerca de 270 membros da organização ou afiliados. Em setembro, realizou o ataque a uma escola em Mamudo, estado de Yobe, que matou 65 alunos. Em 2 de dezembro, houve um ataque a uma base aérea militar nigeriana em Maiduguri, que matou pelo menos 20 militares e destruiu equipamentos militares, incluindo dois helicópteros. Entre os seus ataques mais letais, <i>Boko Haram</i> foi responsável por ataques indiscriminados em Benisheikh, em setembro, que mataram mais de 160 civis, muitos deles mulheres e crianças inocentes, em um único dia. Em 2013, o <i>Boko Haram</i> foi responsável pelo sequestro de 15 franceses no Camarões e, em novembro, de um padre também francês neste mesmo país.</p>
<p>Efetivo</p>	<p>Estimativas variam de centenas a alguns milhares.</p>
<p>Localização / Área de Atuação</p>	<p>Norte da Nigéria, norte de Camarões e Chade.</p>
<p>Financiamento</p>	<p>O <i>Boko Haram</i> recebe a maior parte de seu financiamento de roubos, assaltos a bancos, doações e atividades criminosas conexas, incluindo extorsão e sequestro para resgates. O grupo também recebe financiamento da AQMI.</p>

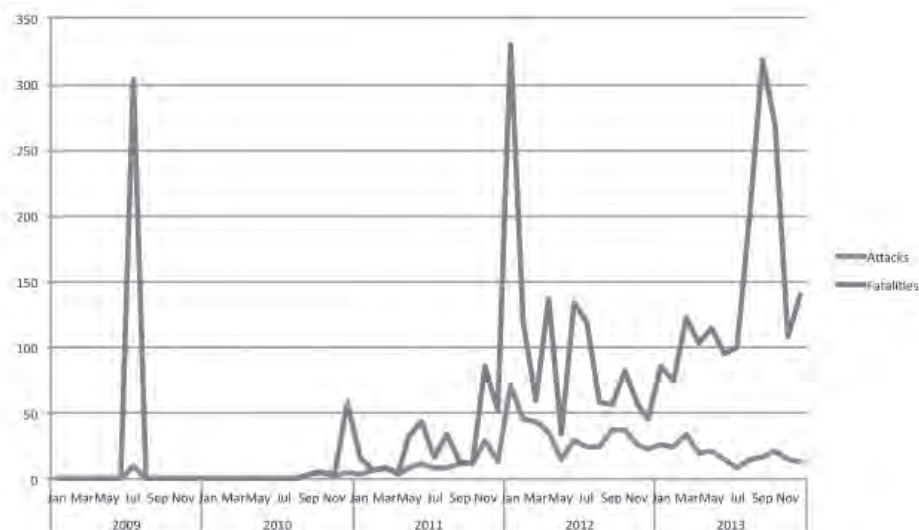


Figura 13: Número de ataques e fatalidades conduzidos pelo Boko Haram
Fonte: Start (2014)

Most Lethal Perpetrator Groups (2009-2013)	# of Attacks	# of Fatalities
Taliban	2328	7348
Tehrik-i-Taliban Pakistan (TTP)	761	3804
Boko Haram	801	3666
Al-Qa`ida in Iraq	786	3417
Al-Shabaab	837	2149
Al-Qa`ida in the Arabian Peninsula (AQAP)	467	1939
Communist Party of India - Maoist (CPI-Maoist)	1356	1660
Islamic State of Iraq and the Levant	139	1436
Al-Nusrah Front	66	1010
Lashkar-e-Jhangvi	68	829

Figura 14: Organizações terroristas mais letais do mundo

Fonte: Start (2014)

A PROJEÇÃO ANFÍBIA, O COMBATE À PIRATARIA E AS CARACTERÍSTICAS DO LITORAL AFRICANO

A Doutrina Básica da Marinha (DBM) define o conceito de Consciência Situacional Marítima (CSM) como sendo “a efetiva compreensão de tudo o que está associado com o meio marinho que pode causar impacto na defesa, na segurança, na economia e no meio ambiente do entorno estratégico”. Para tal, a CSM deverá ser fortalecida pelo estabelecimento de um Sistema de Segurança Marítimo global, em adição aos regionais e nacionais. Por meio da interação desses sistemas, busca-se proporcionar a detecção, o acompanhamento e a identificação das ameaças o mais distante e antecipadamente possível, com o propósito de possibilitar às autoridades decisoras a identificação das possíveis ameaças, permitindo a adoção de ações preventivas e/

ou repressivas, visando neutralizá-las antes que possam causar algum tipo de dano.

Neste sentido, para o cumprimento de sua missão, a MB deverá estar capacitada para, entre outras tarefas, projetar poder sobre terra³, a qual poderá ter como um dos efeitos desejados o de salvaguardar a vida humana. Diante desta necessidade e do contexto em tela de se realizar uma operação na África Ocidental, este autor vislumbra que a MB poderá ser empregada para realizar uma Operação Anfíbia — na modalidade Projeção Anfíbia — ou uma Operação de Retomada e Resgate, com a finalidade de realizar uma Operação de Evacuação de Não Combatentes (OpENC) e/ou a retomada de navios, instalações ou resgate de nacionais mantidos sob controle ou como reféns de grupos adversos, entre eles terroristas.

No que concerne à OpENC, esta é realizada com efeito desejado de evacuar cidadãos impossibilitados de prover

3 *Projeção de Poder Naval* significa a transposição da influência do Poder Naval sobre áreas de interesse, sejam elas terrestres, sejam marítimas, abrangendo um amplo espectro de atividades, que incluem desde a presença de forças até a realização de operações navais. Esta tarefa tem um importante subconjunto que trata da transposição da influência sobre áreas terrestres, envolvendo tipicamente operações de ataque, operações anfíbias e operações especiais. O Poder Naval, ao dispor de uma força de caráter expedicionário em permanente condição de pronto emprego, assegura sua capacidade de projeção de poder. Esse caráter expedicionário permite o emprego tempestivo de força autossustentável e adequadamente aprestada para cumprir a missão por tempo limitado e em área operacional distante de suas bases terrestres (DBM, 2014).

sua autodefesa, brasileiros e de outras nacionalidades indicadas pelo Governo, que, por qualquer motivo, encontrem-se em região de risco. As OpENC, normalmente decorrentes de situações de crise em um país, podem ter consequências nas áreas humanitária, militar ou política, como, por exemplo, conflitos regionais ou instabilidade interna. Além disso, presume-se que uma OpENC não envolva a circunstância de nacionais permanecerem sob controle (presos ou detidos) de forças adversas, quando seria recomendada a realização de uma Operação de Resgate. Neste tipo de operação, caso o esforço principal seja desenvolvido em meio aquático (navios e plataformas no mar), empregar-se-á o Grupo Especial de Retomada e Resgate dos Mergulhadores de Combate (GERR/MeC) do Comando em Chefe da Esquadra. Se for em terra, empregar-se-á o Grupo Especial de Retomada e Resgate de Operações Especiais (GERR/OpEsp) da Força de Fuzileiros da Esquadra (DBM, 2014).

Em relação ao combate à pirataria, nota-se que o tema sobre a segurança marítima no Atlântico Sul havia sido o assunto central da reunião de ministros de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) realizada em Luanda, em maio de 2009, quando os ministros enfatizaram a importância de aumentar a cooperação no combate às atividades criminosas nos mares, em especial no Golfo da Guiné, principalmente no que diz respeito ao combate à pirataria. Esta ameaça no Golfo da Guiné ainda foi o cerne da discussão durante o III Simpósio das Marinhas da CPLP, realizado no Rio de Janeiro, em maio de 2012. Durante o evento, as Marinhas do Brasil e de Portugal ofereceram assistência às Marinhas de Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau para o combate à pirataria na região, incluindo o

fornecimento de assistência e embarcações, como os navios-patrolha (ABDENUR e NETO, 2014).

Desta forma, estando a pirataria inserida no contexto das novas ameaças, o emprego do Poder Naval no combate à pirataria marítima pode estar incluído como uma das tarefas atribuídas à MB para o cumprimento de sua missão (COSTA MOURA, 2011).

No que concerne aos fatores geográficos, à infraestrutura de transporte e às ondas do mar na costa oeste da África, aspectos considerados fundamentais no planejamento e execução de uma Operação Anfíbia, o cientista físico Andrew Morang, em um recente artigo publicado na *Military Review* (em português) de janeiro/fevereiro de 2014, analisa o estado do mar ao longo do continente africano, catalogando portos, plotando topografia, batimetria e redes rodoviárias de áreas selecionadas de forma a responder a perguntas básicas no planejamento do desembarque de tropas em regiões que possuem portos com baixa infraestrutura local e rodoviária ou litorais de difícil acesso.

Em uma primeira análise, Morang identifica que na África, de uma forma geral, os portos estão mal interligados ao interior ou a outros portos. Estradas secundárias (normalmente de terra) fazem a ligação entre várias cidades e, principalmente, na África Equatorial, muitas vezes é impossível o tráfego de viaturas durante o período de chuvas.

Um novo conceito introduzido por Morang neste artigo foi o de Zonas Logísticas de Influência, o qual o autor define como sendo “uma região em torno de uma cidade costeira ou porto no qual o transporte e a comunicação são razoavelmente eficazes, mas que está mal conectada em relação a outras zonas logísticas”. De acordo com o autor, a costa oeste da África possui 63 zonas logísticas

distintas, sendo que muitas destas incluem um importante porto ou grandes cidades.

Em relação ao estado do mar ao longo da costa oeste da África, observa-se pela

análise da figura abaixo que, por exemplo, de janeiro a março o estado do mar 2 ocorre em cerca de 3% do tempo, o estado 3 em cerca de 30%, o estado 4 em cerca de 55% e o estado 5 em cerca de 12%. Verifica-se, portanto, que a costa ocidental está mais exposta ao mar revolto, com estados 3, 4 e 5

dominando na maioria dos locais (estando a Namíbia e a África do Sul expostas ao mar violento durante todo o ano), o que dificultaria ou até mesmo impediria um Desembarque Anfíbio nessas regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil, por meio de suas ações de política externa, vem procurando se projetar de forma a angariar maior inserção na arena das decisões mundiais, incluindo neste contexto os países da África. Desta forma, observa-se, como citado anteriormente, que as relações do Brasil com os países africanos aumentaram significativamente, havendo, conseqüentemente, um incremento

substantial da presença de nacionais brasileiros naquele continente.

Observa-se, portanto, que todas essas questões têm proporcionado um aumento significativo dessa presença na África,

O Brasil, por meio de suas ações de política externa, vem procurando se projetar de forma a angariar maior inserção na arena das decisões mundiais, incluindo neste contexto os países da África



Figura 15: Zonas logísticas na África (indicadas por pontos pretos) ao longo da costa nos oceanos Atlântico e Índico
Fonte: Morang (2014)

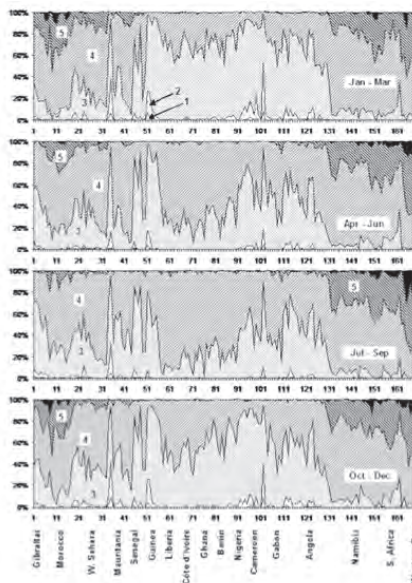


Figura 16: Estado do mar na costa oeste da África (Branco: mar 1; preto: mar 6)
Fonte: Morang (2014)

sobretudo na África Ocidental. No entanto, a instabilidade política, a criminalidade organizada, o tráfico de drogas e armas, a pirataria e o terrorismo representam uma ameaça à segurança e à estabilidade na região, e, em caso de uma crise, poderá ser necessário que o Brasil realize uma operação militar com o propósito de evacuar os cidadãos brasileiros que estejam em região de risco.

Neste sentido, a Marinha do Brasil poderá ser empregada para realizar uma Operação Anfíbia — na modalidade de Projeção Anfíbia, utilizando-se das capacidades intrínsecas do Conjugado Anfíbio para introduzir em área de interesse, a partir do mar, meios para cumprir tarefas diversas em apoio a operações de guerra naval ou relacionadas, tais como uma OpENC (DBM, 2014).

No que concerne ao papel da MB na consecução de suas atribuições subsidiárias (como o combate à pirataria, por exemplo), a Marinha deve manter o Poder Naval preparado para que o Estado possa fazer uso do mar em prol dos seus interesses nacionais, tornando-se imprescindível o aprestamento dos meios para patrulhar de forma permanente toda a Amazônia Azul e, conforme descrito no Livro Branco de Defesa Nacional de 2012, contribuir para a cooperação regional na defesa do Atlântico Sul. Neste sentido, cita-se, como exemplo, que a MB participou, pela primeira vez em 2012, do exercício naval multinacional Obangame Express, que se concentrou em segurança marítima no Golfo da Guiné, também vinculado às questões de segurança global.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<POLÍTICA>; Estratégia Nacional; Política externa; Pirataria; Terrorismo;

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal; NETO, Danilo Marcondes de Souza. “O Atlântico Sul e a cooperação entre Brasil e África”. In: NASSER, Reginaldo Mattar; MORAES, Rodrigo Fracaloossi (Org.). *O Brasil e a segurança no seu entorno estratégico: América do Sul e Atlântico Sul*. Brasília: Ipea, 2014.
- BRASIL. Estado-Maior da Armada. EMA-305: Doutrina Básica da Marinha. rev. 2, 2014.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Política de Defesa Nacional. 2012.
- _____. Estratégia Nacional de Defesa, 2008.
- _____. Livro Branco de Defesa Nacional, 2012.
- COSTA MOURA, Sergio Henrique Magliari da. Pirataria na atualidade: consequências para o emprego das Forças Navais. Rio de Janeiro, 2011.
- COSTA, Wanderley Messias da. “Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica e Estratégia”. *Revista USP*, São Paulo, n. 95, p. 9-22. set./nov., 2012.
- PENNA FILHO, Pio. *Reflexões sobre o Brasil e os desafios do Atlântico Sul no início do século XXI*. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2013.
- GALITO, Maria Sousa. *Terrorismo na Região do Sahel*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2013.
- LUIS, Camila Cristina Ribeiro. “A Estratégia Naval Brasileira no contexto da Política Exterior do Brasil”. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jun. 2012.
- MORANG, Andrew. “Força de Projeção e Potencial Desembarque Combinado na Costa da África baseado em fatores geográficos, infraestrutura de transporte e ondas do mar”. *Military Review*, jan./fev., 2014. Edição brasileira.

- NAÇÕES UNIDAS. Escritório contra Drogas e Crimes. *Criminalidade Organizada Transnacional na África Ocidental: avaliação da ameaça*. Viena, 2013.
- NEVES, André Luiz Varella. *Atlântico Sul: Projeção Estratégica do Brasil para o século XXI*. [Brasília]: Estado-Maior do Exército, 2013.
- PENHA, Eli Alves. “A Fronteira Oriental Brasileira e os desafios da segurança regional no Atlântico Sul”. *Revista da Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro v. 18, n. 1, jun., 2012.
- START. Boko Haram Recent Attacks: Background Report. Disponível em: <www.start.umd.edu/gtd>. Acesso em: 30 set. 2014.
- VIEITAS, Deborah; ABOIM, Isabel. “África: oportunidades para empresas brasileiras”. *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, Rio de Janeiro, 2013.